

Recuperação de Empresas e Falência

TEORIA E PRÁTICA NA LEI 11.101/2005

2018 • 3ª Edição revista, atualizada e ampliada

João Pedro Scalzilli

Luis Felipe Spinelli

Rodrigo Tellechea

RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIA

TEORIA E PRÁTICA NA LEI 11.101/2005

© Almedina, 2018

AUTORES: João Pedro Scalzilli, Luis Felipe Spinelli, Rodrigo Tellechea

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 978-85-8493-393-8

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Scalzilli, João Pedro

Recuperação de empresas e falência : teoria e prática na Lei 11.101/2005 / João Pedro Scalzilli, Luis Felipe Spinelli, Rodrigo Tellechea. -- 3. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Almedina, 2018.

Bibliografia.

ISBN 978-85-8493-393-8

1. Empresas - Falência 2 Falência - Brasil
3. Recuperação judicial (Direito) - Leis e legislação - Brasil I. Spinelli, Luis Felipe.
- II. Tellechea, Rodrigo. III. Título.

18-19248

CDU-347.736(81)(094)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis : Falências : Direito comercial 347.736(81)(094)
2. Brasil : Leis : Recuperação de empresas : Direito comercial 347.736(81)(094)

Maria Paula C. Riyuzo - Bibliotecária - CRB-8/7639

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Dezembro, 2018

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

NOTA À 3ª EDIÇÃO	7
NOTA À 2ª EDIÇÃO	9
SUMÁRIO	11

PARTE I
TEORIA GERAL

CAPÍTULO 1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	37
1. Causas da crise e tentativa de superação	39
2. Formação histórica dos regimes concursais	41
2.1. Índia, Mesopotâmia, Egito, Grécia e povo hebreu: fragmentos	47
2.2. Roma: panorama geral	50
2.2.1. Lei das XII Tábuas: a responsabilidade pessoal do devedor	56
2.2.2. <i>Lex Poetelia Papiria</i> : a introdução da responsabilidade patrimonial	60
2.2.3. <i>Lex Aebutia</i> e <i>Lex Iulia</i> : o surgimento dos institutos de expropriação patrimonial	63
2.3. Idade Média e Idade Moderna	73
2.3.1. Renascimento do comércio e formação do direito comercial	75
2.3.2. Direito falimentar estatutário	80
2.4. Idade Contemporânea	88
2.4.1. Influência dos períodos anteriores nos principais sistemas falimentares	88
2.4.2. Revolução francesa e os ideais humanistas e liberais	90
2.4.3. Ascensão dos Estados Unidos, macroempresas e as business reorganizations	92
2.4.4. Crises dos anos 1990 e iniciativas em prol da eficiência dos sistemas concursais	94

3. Desenvolvimento dos regimes concursais no Brasil	96
3.1. Período Colonial	96
3.2. Período Imperial	100
3.3. Período Republicano	104
3.4. Período atual	113
CAPÍTULO 2. APRESENTAÇÃO DA LEI 11.101/05	117
1. Regimes jurídicos	118
1.1. Recuperação judicial	119
1.2. Recuperação extrajudicial	119
1.3. Falência	120
2. Objetivos da Lei 11.101/05	120
3. Princípios da Lei 11.101/05	123
3.1. Preservação da empresa	124
3.2. Separação da sorte da “empresa” e do “empresário”	129
3.3. Retirada da empresa inviável do mercado	131
3.4. Tratamento paritário dos credores	132
3.5. Interesse e participação ativa dos credores	133
3.6. Redução do custo do crédito	134
3.7. Proteção ao trabalhador	135
3.8. Preservação e maximização dos ativos do falido	136
3.9. Celeridade, eficiência e economia processual	137
3.10. Favorecimento das empresas de menor porte	139
CAPÍTULO 3. DESTINATÁRIOS DA LEI 11.101/05	141
1. Destinatários	141
1.1. Empresário individual	142
1.2. Sociedades empresárias	142
1.3. EIRELI	145
2. Excluídos	147
2.1. Não empresários	147
2.2. Empresas estatais	153
2.3. Agentes econômicos que exploram “atividades especiais”	154
2.4. Pessoas jurídicas de direito público	161
3. Casos especiais	161
3.1. Produtor rural	161
3.2. Companhia aérea	164
3.3. Concessionárias (e permissionárias) de serviço público, em especial do serviço público de energia elétrica	166
3.4. Emissora de valores mobiliários	167
3.5. Sociedade em conta de participação	168

4. Credores não admitidos	170
4.1. Definindo “obrigações a título gratuito”	172
4.2. Definindo “despesas para tomar parte na recuperação judicial e na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor”	174
CAPÍTULO 4. APLICAÇÃO DA LEI 11.101/05	177
1. Competência	177
1.1. Principal estabelecimento	179
1.2. Prevenção	183
1.3. Controle sobre as ações propostas contra o devedor	184
1.4. Conflito de competência	185
2. Ministério Público	188
3. Publicidade legal	192
4. LREF e o CPC	193
4.1. Aplicação subsidiária	193
4.2. Duplicidade de regras: materiais e processuais	195
4.3. A contagem dos prazos: efeitos práticos da distinção	200
4.4. O sistema recursal: a polêmica do art. 1.015 do CPC	204
4.5. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	207

PARTE II
DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO
JUDICIAL E À FALÊNCIA

CAPÍTULO 5. CURSO DA PRESCRIÇÃO E DAS AÇÕES EM FACE DO DEVEDOR	211
1. Suspensão da prescrição	211
1.1. Efeito	212
1.2. Marco inicial da suspensão e reinício da contagem	212
1.3. Situação dos sócios solidários	213
2. Suspensão das ações e execuções	213
2.1. Ações que demandam quantia ilíquida	214
2.2. Pedido de reserva	215
2.3. Execuções	215
3. Exercício de direitos	217
CAPÍTULO 6. VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS	219
1. Procedimento para credores tempestivos	220
2. Lista de credores apresentada pelo devedor	220

3. Envio de cartas aos credores	220
4. Publicação da lista do devedor (“primeira lista”)	220
5. Habilitações e divergências	221
6. Análise dos créditos e lista do administrador judicial (“segunda lista”)	228
7. Impugnações	229
8. Publicação da lista judicialmente consolidada (“terceira lista”)	235
9. Procedimento para credores retardatários e ação retificatória	236
10. Consequências da extemporaneidade	238
11. Pedido de reserva	239

CAPÍTULO 7. ADMINISTRADOR JUDICIAL 243

1. Natureza jurídica	244
2. Imparcialidade	244
3. Funções	245
4. Atribuições	246
4.1. Atribuições comuns à recuperação judicial e à falência	246
4.2. Atribuições específicas na recuperação judicial	251
4.3. Atribuições específicas na falência	254
5. Escolha	259
5.1. Critérios	260
5.2. Pessoa jurídica especializada	262
5.3. Nomeação plúrima	263
5.4. Distância entre a comarca e a sede do administrador	263
6. Impedimentos	265
7. Investidura	267
8. Remuneração	268
8.1. Responsabilidade pelo pagamento	268
8.2. Fixação e seus parâmetros	270
8.3. Base de cálculo e limites	271
8.4. Forma de pagamento	272
8.5. Nas hipóteses de substituição, renúncia, destituição e desaprovação das contas	273
8.6. Remuneração dos auxiliares	274
8.7. Remuneração no quadro de credores	274
9. Controle	274
10. Substituição e destituição	275
11. Responsabilidade	277

CAPÍTULO 8. COMITÊ DE CREDORES 279

1. Natureza e funções	279
1.1. Função fiscalizatória	280

1.2. Função consultiva	281
1.3. Função deliberativa	281
2. Constituição e caráter facultativo	281
3. Composição	282
4. Instalação, condução dos trabalhos, deliberações e responsabilidade	284
CAPÍTULO 9. ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES	285
1. Natureza jurídica	286
2. Atribuições	288
2.1. Apreciação do plano de recuperação	288
2.2. Instalação do Comitê de Credores	289
2.3. Pedido de desistência da recuperação judicial	289
2.4. Apreciação do nome do gestor judicial	289
2.5. Adoção de modalidades alternativas de realização do ativo do falido	290
2.6. Competência residual	290
3. Procedimento assemblear	290
4. Convocação	291
4.1. Inicial	291
4.2. Edital	292
4.3. Prazos	293
4.4. Dispensa de convocação e dispensa da própria AGC	294
5. Proteção contra a suspensão ou o adiamento da AGC	294
6. Rito assemblear	296
7. Despesas de convocação e de realização	302
8. Participação	302
8.1. Requisitos para a participação	303
8.2. Formas de participação	304
8.2.1. Participação pessoal	304
8.2.2. Participação por representação simples	304
8.2.3. Participação por representação sindical	305
8.2.4. Agente fiduciário	305
9. Exercício do direito de voto	306
9.1. Fazer parte de uma das quatro classes do art. 41	306
9.2. Estar devidamente habilitado	306
9.3. Não estar proibido de votar	308
9.3.1. Credores que não possuem interesse no processo	308
9.3.2. Credores em situação de conflito de interesses	308
9.4. Finalidade do voto	312
10. Contagem de votos	313
10.1. Apreciação do plano de recuperação	313
10.2. Limites de classificação	314

10.3. Conversão do crédito em moeda estrangeira	314
10.4. Cessão de crédito	315
11. Quóruns de deliberação	318
11.1. Regra geral	318
11.2. Regras especiais	319
11.2.1. Escolha dos membros do Comitê de Credores	319
11.2.2. Apreciação do plano de recuperação	320
11.2.3. Aprovação de forma alternativa de realização do ativo na falência	322
11.3. Empate na deliberação	323
11.4. Voto em branco e voto nulo	324
12. Resistência das deliberações	324
12.1. Proteção contra a invalidação das deliberações	324
12.2. Proteção dos terceiros de boa-fé	325

PARTE III

REGIMES RECUPERATÓRIOS

CAPÍTULO 10 – RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PARTE 1	331
1. Aspectos iniciais	332
2. Legitimação	333
2.1. Ser devedor	334
2.1.1. Legitimação extraordinária	334
2.1.2. Grupos de sociedades	335
2.1.3. Devedor com patrimônio de afetação	344
2.1.4. Deliberação especial de autorização para ajuizar a recuperação judicial	345
2.2. Ser empresário	346
2.3. Estar em situação de regularidade	347
2.4. Não ser falido	350
2.5. Não ter obtido o mesmo benefício há menos de cinco anos	351
2.6. Não ter sido condenado por crime previsto na LREF	352
2.7. Não ter controlador ou administrador condenado por crime previsto na LREF	352
3. Alcance	354
3.1. Regra geral	355
3.2. Exceções e regras especiais	361
3.2.1. Créditos contra coobrigados, fiadores e obrigados de regresso	363
3.2.2. Créditos não contemplados no plano de recuperação	369
3.2.3. Crédito do titular de posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis	369

3.2.4. Crédito do arrendador mercantil	376
3.2.5. Outros “credores proprietários”	377
3.2.6. Crédito por adiantamento sobre contrato de câmbio	378
3.2.7. Crédito garantido por penhor sobre títulos de crédito, direitos creditórios, aplicações financeiras ou valores mobiliários	379
3.2.8. Crédito tributário	381
3.2.9. Créditos de sociedades que explorem serviços aéreos de qualquer natureza ou de infra-estrutura aeronáutica	383
3.2.10. Créditos passíveis de compensação	384
3.2.11. Crédito constituído antes de o produtor rural se equiparar a empresário	385
3.2.12. Créditos de produtor rural em contratos de integração	385
3.2.13. Negócios no âmbito de câmara ou prestador de serviços de compensação e liquidação financeira	386
CAPÍTULO 11. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PARTE 2	387
1. Petição inicial	387
2. Processamento da ação	396
2.1. Despacho de processamento	399
2.2. Publicação do edital que anuncia o processamento da ação e apresenta a primeira lista de credores	400
2.3. Utilização da expressão “em Recuperação Judicial”	401
2.4. Anotação da recuperação judicial no Registro de Empresas	401
2.5. Manutenção do devedor na condução da empresa	401
2.5.1. Possibilidade de afastamento do devedor ou de seus administradores	403
2.5.2. Alcance da regra que admite o afastamento	404
2.5.3. Escolha do gestor	405
2.5.4. Gestão interina	405
2.5.5. Remuneração do gestor judicial	406
2.5.6. Deveres e responsabilidades do gestor judicial	406
2.6. Suspensão das ações e execuções (<i>stay period</i>)	407
2.6.1. Prazo e sua possível extensão	410
2.6.2. Ações que demandam quantia ilíquida	413
2.6.3. Ações executivas lato sensu e ações de direito material	414
2.6.4. Ações de natureza trabalhista	417
2.6.5. Execuções fiscais	419
2.6.6. Credores proprietários e os bens essenciais	421
2.6.7. Coobrigados, fiadores e obrigados de regresso	424

2.6.8. Sócios de responsabilidade ilimitada	425
2.6.9. Protesto de títulos e inscrição em cadastros de proteção ao crédito	425
2.7. Convenção de arbitragem e mediação/conciliação	428
2.8. Cláusula resolutive expressa e vencimento antecipado	430
2.9. Dispensa de certidões negativas	433
2.10. Alienação e oneração de bens do ativo não circulante	436
2.11. Estímulos à concessão de crédito	439
2.12. Desistência	442
3. Plano de recuperação	442
3.1. Prazo de apresentação	443
3.2. Conteúdo	444
3.3. Meios de recuperação	444
3.4. Tratamento dispensado aos credores	452
3.5. Demonstração da viabilidade econômica	454
3.6. Laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos	455
3.7. Limites	456
3.7.1. Alienação de bens objeto de garantia real	456
3.7.2. Crédito em moeda estrangeira	457
3.7.3. Garantias trabalhistas especiais	457
4. Cientificação sobre a apresentação do plano	459
5. Objeções ao plano	459
6. Assembleia geral de credores	462
6.1. Prazo para a realização da assembleia	462
6.2. Negociações	462
6.3. Alterações no plano	463
6.4. Apreciação do plano	465
6.5. Imposição do plano (<i>cram down</i>)	466
6.6. Abuso do direito de voto	469
7. Concessão da recuperação	472
7.1. Limites do juiz na análise do plano	473
7.2. Exigência da certidão de regularidade fiscal	478
CAPÍTULO 12. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PARTE 3	483
1. Efeitos da concessão da recuperação	483
1.1. Novação das obrigações	483
1.1.1. Condição resolutive	484
1.1.2. Extinção das execuções	485
1.1.3. Baixa dos protestos e dos registros de proteção ao crédito	486
1.1.4. Coobrigados e garantidores das obrigações novadas	487

1.2. Formação de título executivo judicial	489
1.3. Alienação de estabelecimento e outros ativos livres de dívidas	490
1.3.1. Coerência da regra	494
1.3.2. Requisitos	495
1.3.3. Constitucionalidade	497
2. Execução judicial do plano	498
3. Sentença de encerramento	499
4. Execução extrajudicial do plano	500
CAPÍTULO 13. RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA ME E EPP	503
1. Regime especial facultativo	505
2. Alcance	507
3. Plano especial	507
4. Necessidade de autorização para aumentar despesas e contratar empregados	508
5. Procedimento e ausência de assembleia para deliberar sobre o plano	509
CAPÍTULO 14. CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA	515
1. Convolação por deliberação da assembleia	516
2. Convolação pela não apresentação do plano no prazo	516
3. Convolação pela rejeição do plano	517
4. Convolação pelo descumprimento do plano	518
5. Aplicação da regra	519
6. Efeitos da convolação sobre os atos praticados durante a recuperação judicial	521
7. Efeitos sobre as obrigações novadas	522
CAPÍTULO 15. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL	525
1. Conceito	528
2. Judicialidade	529
3. Análise comparativa	530
4. Legitimação	536
5. Plano	536
5.1. Créditos imunes	537
5.2. Forma e conteúdo	538
5.3. Limites e restrições de conteúdo	539
6. Modalidades	541
6.1. Recuperação extrajudicial facultativa	541
6.2. Recuperação extrajudicial impositiva (cram down)	541

7. Processamento da ação	543
7.1. Petição Inicial	544
7.2. Exame da inicial	545
7.3. Publicação dos editais	545
7.4. Envio de carta aos credores	546
7.5. Efeito sobre os direitos, ações e execuções	546
7.6. Impugnação	551
7.7. Manifestação do devedor	553
7.8. Intervenção do Ministério Público	553
7.9. Sentença	554
7.10. Recurso	556
8. Execução do plano	557

PARTE IV FALÊNCIA

CAPÍTULO 16. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	561
1. Conceito e objetivos	562
2. Interesse público	563
3. Velho estigma	563
4. Panorama do procedimento	564
5. Princípios específicos	565
5.1. Unidade, indivisibilidade e universalidade do juízo falimentar	565
5.1.1. Nota sobre as ações fiscais	568
5.1.2. Nota sobre as ações que demandam quantia ilíquida	569
5.1.3. Nota sobre as ações tipicamente falimentares	570
5.1.4. Nota sobre a representação processual da massa	570
5.1.5. Nota sobre a gratuidade de custas	570
5.2. Par conditio creditorum	571
5.3. Preservação e maximização dos ativos do falido	573
5.4. Celeridade, eficiência e economia processual	573
CAPÍTULO 17. BASE JURÍDICA DA FALÊNCIA	575
1. Sistema de presunções	575
1.1. Lançamento judicial da presunção de insolvência	576
1.2. Resistência à pretensão: tentativa de derrubar a presunção	576
1.3. Manifestação judicial sobre a presunção de insolvência	576
1.4. Estado jurídico versus estado econômico de insolvência	577
2. Suporte fático: impontualidade	578
2.1. Inadimplemento	579

2.2. Falta de justificativa	579
2.3. Liquidez da dívida	579
2.4. Atingimento do piso legal	580
2.5. Existência de título executivo protestado	580
3. Suporte fático: execução frustrada	582
4. Suporte fático: atos de falência	584
4.1. Liquidação precipitada de ativos e utilização de meio ruinoso ou fraudulento para realizar pagamentos	584
4.2. Realização de negócio simulado ou alienação total ou parcial de ativos para retardar pagamentos ou fraudar credores	585
4.3. Transferência de estabelecimento sem consentimento dos credores e sem ficar com bens para solver o passivo	585
4.4. Simulação de transferência do principal estabelecimento	586
4.5. Constituição ou reforço de garantia	586
4.6. Ausência ou abandono de estabelecimento	587
4.7. Inadimplemento de obrigação assumida no plano de recuperação judicial	587
5. Suporte fático: confissão de falência (autofalência)	587

CAPÍTULO 18. LEGITIMIDADE PARA REQUERER A FALÊNCIA

1. Próprio devedor	591
2. Cônjuge sobrevivente, qualquer herdeiro do devedor ou o inventariante	594
3. Sócio do devedor	595
4. Qualquer credor	597
4.1. Credor com garantia real	598
4.2. Credor por alimentos	598
4.3. Credor com crédito ainda não vencido	599
4.4. Agente fiduciário dos debenturistas	599
4.5. Credor em condição de irregularidade	600
4.6. Credor domiciliado no exterior	600
4.7. Credor tributário	601
4.8. Credores de créditos inexigíveis na falência	601

CAPÍTULO 19. PROCEDIMENTO

1. Fases do processo falimentar	603
2. Procedimento em ações propostas por credor	604
2.1. Petição Inicial	604
2.2. Distribuição, exame da inicial e citação	605
2.3. Resposta do réu	606
2.3.1. Contestação	607

2.3.1.1.	Suporte fático: impontualidade	607
2.3.1.2.	Suporte fático: execução frustrada	609
2.3.1.3.	Suporte fático: atos de falência	609
2.3.2.	Depósito elisivo	610
2.3.3.	Pedido incidental de recuperação judicial	613
2.3.4.	Transação judicial	616
2.3.5.	Revelia	616
2.4.	Réplica	617
2.5.	Audiência de conciliação	617
2.6.	Instrução probatória	617
2.7.	Pedido de suspensão do feito	617
2.8.	Manifestação do Ministério Público	618
2.9.	Julgamento	618
3.	Procedimento da autofalência	619
3.1.	Caráter facultativo	619
3.2.	Natureza jurídica	620
3.3.	Legitimidade	620
3.4.	Petição inicial	620
3.5.	Oposição	621
3.6.	Instrução probatória	622
3.7.	Manifestação do Ministério Público	622
3.8.	Julgamento	622
CAPÍTULO 20. SENTENÇA FALIMENTAR		625
1.	Natureza jurídica	625
2.	Requisitos gerais	625
3.	Requisitos especiais	626
3.1.	Síntese do pedido e identificação do falido e de seus administradores	626
3.2.	Fixação do termo legal	626
3.3.	Ordem para a apresentação da relação de credores	626
3.4.	Explicitação do prazo para as habilitações	627
3.5.	Ordem de suspensão das ações e execuções	628
3.6.	Ordem de proibição de prática de atos de disposição e oneração	628
3.7.	Determinação das diligências de salvaguarda	629
3.8.	Ordem para que o Registro Público de Empresas proceda às anotações cabíveis	629
3.9.	Nomeação do administrador judicial	629
3.10.	Ordem de expedição dos ofícios para a busca de bens do falido	630
3.11.	Pronunciamento sobre a eventual continuação provisória das atividades ou lacração dos estabelecimentos	630

3.11.1.	Continuação provisória das atividades do falido	631
3.11.1.1.	Dissociação da sorte da empresa e a do empresário	632
3.11.1.2.	Hipóteses autorizadoras	632
3.11.1.3.	Pressupostos	634
3.11.1.4.	Legitimação	634
3.11.1.5.	Alcance	635
3.11.1.6.	Operacionalização	635
3.11.1.7.	Gestão e responsabilidade	636
3.12.	Convocação da AGC para a constituição do Comitê de Credores	637
3.13.	Intimação do Ministério Público e comunicação às Fazendas Públicas	637
3.14.	Data e hora	638
4.	Publicação	639

CAPÍTULO 21. EFEITOS DA QUEBRA SOBRE A PESSOA DO FALIDO

E SEUS BENS	641
1. Empresário individual versus sociedade empresária	642
2. Inabilitação ao exercício da atividade empresária	645
2.1. Nota sobre o direito anterior	645
2.2. Momento do afastamento	646
2.3. Momento da inabilitação	646
2.4. Alcance da inabilitação	647
2.5. Limites da inabilitação	647
2.6. Inabilitação por condenação criminal falimentar	648
2.7. Fundamento da inabilitação	649
2.8. Inabilitação versus continuação provisória das atividades	650
2.9. Inabilitação versus perda da capacidade	651
2.10. Duração da inabilitação	652
3. Desapossamento dos bens	654
3.1. Terminologia	655
3.2. Fundamento e objetivo	655
3.3. Natureza jurídica	657
3.4. Momento	657
3.4.1. Termo <i>a quo</i>	658
3.4.2. Termo <i>ad quem</i>	659
3.5. Alcance	659
3.6. Limites	661
3.7. Desapossamento <i>versus</i> arrecadação	663
3.8. Desapossamento <i>versus</i> perda da propriedade	663
3.9. Desapossamento <i>versus</i> incapacidade	665

3.10.	Desapossamento <i>versus</i> legitimidade processual	665
3.10.1.	Nota sobre a ação de responsabilidade do art. 82	667
3.11.	Desapossamento e a prática de atos pelo falido	669
3.11.1.	Natureza do vício	669
3.11.2.	Proteção do terceiro de boa-fé	671
3.11.3.	Enquadramento como crime falimentar	672
4.	Direitos do falido	672
4.1.	Direito de fiscalizar	673
4.2.	Direito de requerer as providências para a conservação de seus direitos ou dos bens arrecadados	673
4.3.	Direito de intervir nos processos	673
4.3.1.	Natureza jurídica da participação do falido	674
4.3.2.	Alcance	675
4.3.3.	Pressuposto da intervenção	675
4.3.4.	Revelia	676
4.4.	Outros direitos	677
4.5.	Direito de receber alimentos e remuneração?	677
5.	Deveres do falido	679
5.1.	Dever de comparecimento e declaração	680
5.1.1.	Causas da falência	682
5.1.2.	Identificação dos sócios e administradores	683
5.1.3.	Identificação do contador	684
5.1.4.	Indicação dos mandatos outorgados	684
5.1.5.	Indicação de bens fora do estabelecimento	685
5.1.6.	Indicação de participações societárias	685
5.1.7.	Indicação de ativos financeiros e processos em tramitação	686
5.2.	Dever de depositar os livros obrigatórios	687
5.3.	Dever de não se ausentar	688
5.3.1.	Definindo “lugar onde se processa a falência” e críticas	688
5.3.2.	Alcance da regra	688
5.3.2.1.	Desnecessidade de designação de médico para exame do falido em caso de moléstia	689
5.3.2.2.	Desnecessidade de autorização judicial	689
5.3.3.	Fundamento	690
5.3.4.	Modulação do dever a partir da extensão da ausência?	690
5.4.	Dever de comparecimento	692
5.5.	Dever de entregar todos os bens, livros, papéis e documentos	693
5.6.	Dever de prestar informações	693
5.7.	Dever de auxiliar	694
5.8.	Dever de examinar as habilitações de créditos	694

5.9. Dever de assistir ao levantamento, à verificação do balanço e ao exame dos livros	695
5.10. Dever de se manifestar quando determinado pelo juiz	695
5.11. Dever de apresentar a relação de seus credores	696
5.12. Dever de examinar e dar parecer sobre as contas do administrador judicial	696
6. Desobediência	696
7. Notas conclusivas	699

CAPÍTULO 22. EFEITOS DA QUEBRA SOBRE AS OBRIGAÇÕES DO FALIDO

1. Concurso universal: escopo e limites	702
2. Suspensão de direitos	704
2.1. Direito de retenção	705
2.2. Direito de retirada	706
3. Contratos bilaterais	708
3.1. Distinção	708
3.2. Escopo da regra geral	709
3.3. Cotejo entre o regime anterior e atual	711
3.4. Papel do Comitê de Credores	713
3.5. Prazo para interpelação e resposta do administrador judicial	713
3.6. Cláusula resolutiva expressa em caso de falência	714
3.7. Indenização e multas contratuais	717
3.7.1. Classificação como crédito quirografário	719
4. Contratos unilaterais	720
4.1. Regime anterior	720
4.2. Nova sistemática: semelhança com os contratos bilaterais	721
4.3. Prazo para comunicação do administrador judicial e habilitação do crédito	722
4.4. Contratos bilaterais imperfeitos	723
5. Casos especiais	723
5.1. Sustação da compra e venda em trânsito	725
5.2. Compra e venda de coisas compostas	726
5.3. Venda de bem móvel ou contratação de serviços em prestações	728
5.4. Compra e venda de coisa móvel com reserva de domínio	729
5.5. Compra e venda a termo	731
5.6. Promessa de compra e venda de bens imóveis	734
5.7. Contrato de locação	735
5.7.1. Garantias locatícias	737
5.8. Compensação e liquidação no sistema financeiro nacional	738

5.9. Patrimônio de afetação	740
5.9.1. Casuística	742
5.10. Contrato de mandato e de comissão	743
5.11. Contrato de conta corrente	745
5.12. Compensação de créditos	747
5.12.1. Óbices legais	751
5.12.2. Casuística	752
5.13. Contrato de sociedade	755
5.13.1 Sociedade em conta de participação	758
5.14. Condomínio (art. 123, §2º)	759
5.15. Cobrança de juros e correção monetária	759
5.16. Espólio	763
5.17. Outras relações patrimoniais	765
5.18. Coobrigados solidários com falência decretada	765
5.19. Coobrigados solventes e garantes do devedor ou dos sócios ilimitadamente responsáveis	769
5.20. Outras disposições da LREF que produzem efeitos sobre as obrigações do falido	771
5.21. Outros efeitos da falência	772
5.21.1. Transformação societária	772
5.21.2. Incorporação, fusão e cisão	772
5.21.3. Consórcio de sociedades	772
5.21.4. Concessões de serviços públicos e de obras públicas e permissões de serviços públicos	773

CAPÍTULO 23. ARRECADAÇÃO, AVALIAÇÃO E GUARDA DOS BENS 775

1. Momento	777
2. Alcance ordinário	778
2.1. Bens economicamente apreciáveis	779
2.2. Documentos relevantes	780
2.3. Bens constritos noutros processos	781
2.4. Bens de terceiros na posse do falido	782
2.5. Bens do falido na posse de terceiros	783
2.6. Arrecadação e continuação provisória das atividades	783
2.7. Bens presentes e futuros	784
2.8. Situação dos bens não arrecadados	784
2.9. Situações Especiais	784
2.9.1. Arrecadação de quotas sociais	784
2.9.2. Arrecadação de bens imóveis	785
2.9.3. Arrecadação de bens móveis sujeitos a registro	785

2.9.4. Arrecadação e depositário	785
3. Alcance Extraordinário	785
4. Limites	789
4.1. Bens absolutamente impenhoráveis	789
4.2. Bens integrantes dos patrimônios de afetação	791
4.3. Meação do cônjuge do empresário individual ou do sócio de responsabilidade ilimitada	791
5. Medidas assecuratórias	792
6. Aspectos procedimentais	792
6.1. Legitimidade	793
6.2. Participação do falido e do Ministério Público	793
6.3. Força policial, oficial de justiça e auxiliares	794
6.4. Atuação em outras comarcas	794
6.5. Auto de arrecadação	795
6.6. Lacreção	797
6.7. Avaliação	800
6.8. Guarda, depósito e remoção	802
6.9. Despesas da arrecadação e ausência ou insuficiência de bens	804
7. Providências especiais	806
7.1. Utilização econômica provisória dos bens	806
7.2. Liquidação sumária	808
7.2.1. Aquisição ou adjudicação imediata pelos próprios credores em razão dos custos	808
7.2.2. Venda antecipada em razão da natureza dos bens	812
7.3. Venda antecipada para obter recursos indispensáveis?	813
CAPÍTULO 24. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO	815
1. Restituição Ordinária	819
2. Restituição Extraordinária	823
3. Restituição em Dinheiro	826
3.1. Perda, extravio ou venda da coisa pelo falido	827
3.2. Operação de ACC	829
3.3. Proteção do terceiro de boa-fé	831
4. Procedimento	832
5. Embargos de Terceiro	838
CAPÍTULO 25. INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO DE ATOS	841
1. Panorama do tema	842
2. Nota histórica do direito pátrio	845
3. Ineficácia versus revogação	846

4. Prejuízo e sua prova	
5. Declaração de ineficácia	
5.1. Requisitos	
5.2. Meio	
5.3. Legitimação ativa	853
5.4. Legitimação passiva	853
5.5. Prazo	853
5.6. Competência, tramitação e rito processual	853
5.7. Efeitos	854
5.8. Termo legal da falência	854
5.8.1. Conceito	854
5.8.2. Função	855
5.8.3. Origem	856
5.8.4. Fixação	856
5.8.5. Termo legal	860
5.8.6. Atos lesivos fora do termo legal	860
5.8.7. Termo legal e os sócios de responsabilidade ilimitada	861
5.9. Hipóteses legais	861
5.9.1. Pagamento de dívida não vencida dentro do termo legal	862
5.9.1.1. Fundamento	862
5.9.1.2. Precisando “pagamento” e “dívida”	863
5.9.1.3. Marco temporal	866
5.9.1.4. Efeito	866
5.9.1.5. Pagamento de dívida não vencida em contexto recuperatório	866
5.9.1.6. Casuística	866
5.9.2. Pagamento de dívidas por forma não prevista pelo contrato	867
5.9.2.1. Adimplemento e pagamento	867
5.9.2.2. Fundamento	869
5.9.2.3. Marco temporal	869
5.9.2.4. Efeito	869
5.9.2.5. Pagamento de dívida vencida e exigível em contexto recuperatório	870
5.9.2.6. Divergência doutrinária	870
5.9.3. Constituição de direito real de garantia dentro do termo legal para garantir dívida contraída anteriormente	871
5.9.3.1. Fundamento	871
5.9.3.2. Falsa preferência	872
5.9.3.3. Hipotecas sequenciais	874
5.9.3.4. Marco temporal	875

5.9.3.5. Efeito	875
5.9.3.6. A constituição de direito real de garantia em contexto recuperatório	876
5.9.4. Prática de atos a título gratuito	876
5.9.4.1. Fundamento	876
5.9.4.2. Definindo “prática de atos a título gratuito”	876
5.9.4.3. Marco temporal	878
5.9.4.4. Alcance	878
5.9.4.5. Efeito	879
5.9.5. Renúncia à herança ou a legado	880
5.9.5.1. Fundamento, marco temporal e alcance	880
5.9.5.2. Tratamento dado pelo Código Civil	880
5.9.5.3. Efeito	881
5.9.6. Alienação de estabelecimento empresarial ficando os credores a descoberto	881
5.9.6.1. Sobre o estabelecimento e sua alienação	883
5.9.6.2. Polêmica envolvendo o “trespasse parcial”	884
5.9.6.3. Pagamento e/ou consentimento dos credores	887
5.9.6.4. Marco temporal	888
5.9.6.5. Efeito	889
5.9.6.6. Alienação de estabelecimento em contexto recuperatório	889
5.9.7. Registro de direitos reais e de transferência de propriedade depois da quebra	890
5.9.7.1. Fundamento e alcance	890
5.9.7.2. Marco temporal	893
5.9.7.3. Efeito	893
5.9.8. Reembolso do acionista em contexto falimentar	893
6. Ação revocatória	894
6.1. Fundamento	894
6.2. Marco temporal	895
6.3. Aspectos processuais	896
6.3.1. Legitimação ativa	896
6.3.2. Prazo	898
6.3.3. Legitimação passiva	899
6.3.3.1. Parte processual	900
6.3.4. Foro competente	903
6.3.5. Petição inicial e ônus da prova	904
6.3.6. Sequestro de bens na revocatória	904
6.3.7. Sentença	905

6.3.7.1. Restituição in natura	905
6.3.7.2. Restituição pelo valor de mercado	906
6.3.7.3. Restituição de acessórios e perdas e danos	907
6.3.8. Recurso	908
7. Efeitos da declaração de ineficácia e da ação revocatória	909
7.1. Retorno das partes ao estado anterior	909
7.2. Possibilidade de devolução do bem/valores ao terceiro	910
7.3. Contratante de boa-fé: restituição e perdas e danos	911
7.4. Securitização de créditos	913
7.5. Compensação, ineficácia e revocatória	915
7.6. Universo de credores	915
8. Combate à colusão e a recuperação judicial como “salvo-conduto”	916
CAPÍTULO 26. REALIZAÇÃO DO ATIVO	917
1. Momento	918
2. Formas de alienação	919
2.1. Alienação da empresa, com a venda de seus estabelecimentos em bloco	921
2.2. Alienação da empresa, com a venda de suas filiais ou unidades produtivas isoladamente	922
2.3. Alienação em bloco dos bens que integram cada um dos estabelecimentos do devedor	923
2.4. Alienação dos bens individualmente considerados	923
3. Efeitos	924
3.1. Sub-rogação dos credores	924
3.2. A regra da não sucessão na falência	925
3.2.1. Ausência de sucessão tributária	925
3.2.2. Relações trabalhistas	926
3.2.3. Relações civis e empresariais	927
3.2.4. Hipótese em que há sucessão	927
3.3. Nota sobre os efeitos registrais	927
4. Escolha da modalidade de alienação	928
5. Regras gerais aplicáveis a todas as modalidades	929
5.1. Participação do juiz, do administrador judicial e do Comitê de Credores	929
5.2. Publicação de anúncio	930
5.3. Regra do maior valor oferecido	931
5.4. Participação do Ministério Público	931
5.5. Falência superavitária e realização do ativo	932
6. Regras específicas para cada uma das modalidades	932

6.1. Leilão	932
6.2. Propostas fechadas	934
6.3. Pregão	934
7. A apresentação de impugnações	936
8. Modalidades alternativas de alienação dos ativos do falido	936
8.1. Requisitos	939
8.2. A formação de sociedade por credores ou empregados	940
8.3. A questão da sucessão na alienação por modalidade alternativa	942
9. Dispensa de apresentação de certidões negativas	943
10. Gerenciamento dos recursos	943
11. Relatório do administrador judicial	944
CAPÍTULO 27. CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS	945
1. Classe I: Credores trabalhistas	947
1.1. Créditos derivados da legislação do trabalho	948
1.2. Créditos decorrentes de acidentes de trabalho	948
1.3. Créditos trabalhistas por equiparação	949
1.4. Rebaixamento por cessão	951
2. Classe II: Credores com garantia real	951
3. Classe III: Credores tributários	952
3.1. Sub-hierarquia interna	954
4. Classe IV: Credores com privilégio especial	955
4.1. Privilégio especial previsto no art. 964 do Código Civil	956
4.2. Privilégio especial definido em outras leis civis e comerciais	957
4.3. Privilégio especial decorrente de direito de retenção	958
4.4. Privilégio especial de microempreendedores individuais, ME e EPP	959
5. Classe V: Credores com privilegio geral	959
5.1. Privilégio geral previsto no art. 965 do Código Civil	960
5.2. Privilégio geral por elevação na recuperação judicial	960
5.3. Privilégio geral por definição em outras leis civis e comerciais	961
6. Classe VI: Credores quirografários	961
7. Classe VII: Multas contratuais e penas pecuniárias	962
8. Classe VIII: Credores subordinados	963
9. Juros após a decretação da falência	964
CAPÍTULO 28. PAGAMENTO DOS CREDORES	965
1. Ordem de pagamento	966
1.1. Primeira etapa: restituição in natura	967
1.2. Segunda etapa: despesas indispensáveis à administração da falência	967
1.3. Terceira etapa: créditos trabalhistas do art. 151	969

RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIA

1.4. Quarta etapa: restituição em dinheiro	971
1.5. Quinta etapa: créditos extraconcursais	971
1.6. Sexta etapa: créditos concursais	974
1.7. Sétima etapa: juros legais e contratuais pós-quebra	975
1.8. Oitava etapa: saldo	976
2. Reservas	977
3. Efetivação do pagamento	978

CAPÍTULO 29. SENTENÇA DE ENCERRAMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO

	981
1. Prestação de contas pelo administrador judicial	981
2. Relatório final da falência	984
3. Encerramento da falência	987
4. Prescrição das obrigações do falido	989
5. Extinção das obrigações do falido	990
5.1. Exame das causas de extinção das obrigações do falido	992
5.2. O art. 158 e a reabilitação da sociedade empresária falida	994
5.3. Requerimento para extinção das obrigações do falido	996
5.4. Extinção das obrigações do sócio de responsabilidade ilimitada	998
6. Reabertura da falência após seu regular encerramento	998

PARTE V DISPOSIÇÕES PENAIS

CAPÍTULO 30. PARTE GERAL	1001
1. Delimitação dos sujeitos ativos	1001
2. Condição objetiva de punibilidade	1002
3. Efeitos da condenação por crimes da Lei 11.101/05	1004
4. Prescrição dos crimes da Lei 11.101/05	1007

CAPÍTULO 31. CRIMES EM ESPÉCIE	1009
1. Fraude a credores	1010
2. Violação de sigilo empresarial	1014
3. Divulgação de informações falsas	1016
4. Indução a erro	1017
5. Favorecimento de credores	1019
6. Desvio, ocultação ou apropriação de bens	1020
7. Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens	1022
8. Habilitação ilegal de crédito	1023
9. Exercício ilegal de atividade	1025

10. Violação de impedimento	1025
11. Omissão dos documentos contábeis obrigatórios	1027
CAPÍTULO 32. PROCEDIMENTO PENAL	1031
1. Competência	1031
2. Natureza e propositura da ação penal	1034
3. Rito	1036
REFERÊNCIAS	1039
SOBRE OS AUTORES	1085